

## **O Brasil deixou de ser adolescente**

**Michel Temer**

Presidente da Câmara dos Deputados, professor de direito constitucional

O mundo está cada vez mais sujeito a turbulências de toda sorte. A crise internacional reduziu o ritmo do crescimento e do comércio mundial e produziu efeitos negativos sobre a economia brasileira. A reversão do crescimento global não foi causada pela má governança de países emergentes, muito menos por uma ruptura política entre nações. O epicentro da crise originou-se na nação ícone do capitalismo. O que falhou não foi o capitalismo, mas a regulação do sistema financeiro norte-americano. Na globalização, cresce de importância o papel dos governos na regulação dos mercados para que sejam competitivos e eficientes. Creditar essa responsabilidade aos agentes econômicos e ao mercado é colocar em risco todo e qualquer patrimônio.

Nessa crise de dimensões globais, a economia brasileira e suas instituições têm revelado alto grau de maturidade. A crise chegou, mas não arrastou o Brasil para dentro dela, como aconteceu no passado. Esse fato deve-se às grandes mudanças institucionais que ocorreram no país ao longo dos últimos 15 anos, desde o fim do processo inflacionário. Daí em diante, o país realizou reformas importantes: criou a Lei de Responsabilidade Fiscal; solidificou o sistema financeiro; determinou que o Banco Central atuasse em conformidade com as políticas monetárias dos principais bancos centrais; adotou o regime de câmbio flutuante; e instituiu a Lei de Falência. Realizou-se um dos mais bem-sucedidos programas de assistência social como o Bolsa Família, reduzindo a pobreza e melhorando a distribuição de renda. Como consequência desse processo transformador da realidade nacional falta, ainda, realizar as reformas política, tributária e previdenciária.

Mesmo considerando a importância dessas conquistas, elas não representam passaporte à construção de uma nação próspera e socialmente equilibrada. É da responsabilidade de todos os integrantes dos setores públicos e privados edificar a ponte que ligará as conquistas do passado com a possibilidade de a sociedade desfrutar um "futuro brilhante", como afirma o economista Edmund Phelps, Prêmio Nobel de Economia.

Importa criarmos uma sociedade próspera, com governantes eficazes na condução de suas responsabilidades sociais, e uma sociedade respeitosa e conhecedora dos seus direitos e deveres, com afluência econômica: políticas públicas que priorizem a inclusão dos mais pobres no mercado de trabalho com a perspectiva de ascensão; caso contrário, ter-se-á humilhação social. O desafio das políticas públicas é criar uma ampla sociedade de consumo capacitada para os desafios deste século.

Hoje, no mundo globalizado, o crescimento econômico deve harmonizar o desenvolvimento de todos os setores econômicos. A meta deve ser o crescimento sustentável com pleno emprego da mão de obra ativa. As políticas desenvolvimentistas exigem controle da inflação, austeridade e eficiência nos gastos públicos e respeito às leis sociais e ambientais, pois a responsabilidade de um é parte do progresso de todos.

O Brasil atingiu patamar de desenvolvimento relevante, mas sem a contrapartida na distribuição da riqueza nacional. Ainda temos um país socialmente muito desigual e injusto. A pobreza vem diminuindo, mas ainda está presente em vários estados da Federação. Faltam qualificação e oportunidades de trabalho para a maioria da população.

Se há no Pacífico Asiático países que foram mais pobres do que nós e hoje são muito prósperos, por que não podemos? Permanece o equívoco da política de desenvolvimento que prioriza ganhos de capital ao invés do aumento constante das oportunidades de trabalho, dando prioridade à qualidade do ensino público. Caminha-se na contramão dos países emergentes, que mantêm uma carga tributária muito inferior à brasileira, possibilitando obter ganhos na escala de produção, no elevado nível de emprego qualificado e competitividade dos seus produtos no mercado internacional. Adotados tais fatores positivos na economia brasileira, teremos melhora significativa na distribuição, no aumento da renda por habitante, na poupança nacional e no volume do crédito privado. Esses fatores assegurarão o crescimento econômico sustentável.

Essa meta é de responsabilidade das políticas públicas. Cabe ao setor privado a tarefa de acelerar o crescimento produtivo, rentabilizar adequadamente o capital investido, conquistar mercados, absorver a mão de obra qualificada e internalizar os avanços tecnológicos da economia global.

O Brasil poderá ter um futuro brilhante se desenvolver uma economia real menos dependente do setor público e com custos produtivos compatíveis com os dos países emergentes da Ásia. Esses são os temas que, no meu entender, deverão ser debatidos no próximo pleito eleitoral a fim de que o Brasil possa crescer de forma acelerada, sustentável e com justiça social em meio a um mundo cada vez mais interconectado e sujeito às intempéries do capitalismo.